

## **CRITÉRIOS TARIFÁRIOS PARA O TRANSPORTE DUTOVIÁRIO**

### **DE GÁS NATURAL – MINUTA DE PORTARIA DA ANP**

(COMENTÁRIOS)

- 1) No art. 1º da Minuta, torna-se necessário inserir que os critérios serão aplicados somente no caso de não haver acordo entre o Transportador e o Carregador para o valor da tarifa de transporte.

Isso porque o inciso VI, art. 8º, da Lei n. 9.478, de 1997, atribui à ANP a competência para “*estabelecer critérios para o cálculo de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, **nos casos e na forma prevista nesta lei***”.

Ora, o art. 58, § 1º, estabelece, textualmente, que a ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração pelo transporte, “**...caso não haja acordo entre as partes...**”.

Portanto, não há suporte para impor critérios quando Transportador e Carregador acertarem entre si o valor da tarifa de transporte.

- 2) No art. 3º a minuta se refere a que “***as tarifas de transporte de gás natural não implicarão em tratamento indevidamente discriminatório ou preferencial entre usuários***”.

Ora, tendo o Transportador liberdade de celebrar contratos com diversos carregadores mediante acordos bilaterais, é de se supor que os contratos possam conter valorações diferentes para a tarifa de transporte. Seria isso tratamento discriminatório, ainda que todos os contratos sejam celebrados de comum acordo?

O que deveria a ANP fazer constar na Resolução são os critérios que adotará para fixar a tarifa, no caso de não haver acordo entre o Transportador e o Carregador, independentemente de outros valores que o Transportador esteja praticando com base nos contratos bilaterais que vier a celebrar.

3) O art. 5º se refere a “**encargo de capacidade de entrada**” afirmando que ele se destina a cobrir custos fixos relacionados à “**capacidade de recepção**” que, por sua vez, não se encontra conceituada nem nesta minuta nem na referente ao livre acesso. Sugere-se que, assim como foi definida uma Capacidade Contratada de Entrega, vinculada ao Ponto de Entrega de gás pelo Transportador ao Carregador, seja também definida uma Capacidade Contratada de Recepção, vinculada ao Ponto de Recepção.

4) No art. 8º “**tarifa compartilhada calculada com base na capacidade e nos custos associados...**”.

Ora, considerando que a minuta diz no art. 2º que as definições contidas na minuta da Portaria que trata do livre acesso, se aplicam ao disposto nesta Portaria de critérios tarifários, é de se esperar que lá estejam a definição de “**capacidade**” e “**custos associados**”. Ocorre que, na Portaria de livre acesso existem 5 (cinco) definições qualificadas para “capacidade”, mas nenhuma delas definindo capacidade pura e simples, ficando o leitor a interpretar se a ANP estaria se referindo à Capacidade Disponível ou à Capacidade Máxima.

Da mesma forma, a expressão “**custos associados**” não é capaz, por si só, de esclarecer se engloba investimentos ou se se refere apenas a custos de operação e manutenção.

Além do mais as expressões “Tarifa Compartilhada” e “Tarifa Incremental”, a rigor não foram definidas. O que consta da minuta a título de definição, é sua forma de cálculo. Quando se fala em “Tarifa Compartilhada”, a primeira indagação é: compartilhada entre quem e quem ?

5) O art.9º está em conflito com o art. 3º do direito dado pela portaria regulamentando a cessão da capacidade contratada por parte do Carregador.